



SETELOC S.A.

CNPJ/ME Nº 20.611.180/0001-55

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)			
	2022	2021	
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	15.111	10.153
Contas a receber de clientes	8	32.609	21.801
Adiantamentos	9	1.899	763
Impostos a recuperar	10	978	160
Outros ativos	11	3.432	1.917
Total do ativo circulante	54.029	34.794	
Adiantamentos	9	1.121	2.370
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	26	8.937	-
Impostos a recuperar	10	1.504	-
Créditos com Partes Relacionadas	12	3.200	-
Total do realizável a longo prazo	14.762	2.370	
Investimentos	13	492	281
Imobilizado	14	357.751	222.048
Direito de uso		1.805	587
		360.048	222.916
Total do ativo não circulante	374.810	225.286	
Total do ativo	428.839	260.080	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.000	-	1.076	-	3.076
Integralização de capital social	34.372	-	-	-	34.372
Aumento de capital social com reservas de lucros	3.628	-	(3.628)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.981	5.981
Reserva Legal	-	299	-	(299)	-
Retenção de lucros	-	-	5.682	(5.682)	-
Dividendos	-	-	(1.064)	-	(1.064)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.000	299	2.066	-	42.365
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(3.282)	(3.282)
Realização da reserva de lucros	-	-	(2.066)	2.066	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.000	299	-	(1.216)	39.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)				
---	--	--	--	--

1 Contexto operacional
A Seteloc S/A, ("Companhia"), é uma empresa de capital fechado, localizada na Rua Amoroso Costa, 88, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte, Minas Gerais. A Seteloc iniciou suas atividades em 13 de junho de 2014, contando com sete sócios. Em 2021 os acionistas promoveram alteração de companhia limitada (Ltda.) para sociedade anônima (S.A.), tal alteração refletiu também mudanças na estrutura societária da Companhia. A Companhia é especializada em soluções de terceirização de frotas e locação de veículos corporativos. Trabalhando com veículos leves e caminhonetes, incluindo toda assistência técnica e carro reserva. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia contava com 14 filiais distribuídas em 9 estados, sendo, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí e São Paulo. Adicionalmente, embora a Companhia apresente capital circulante líquido (CCL) negativo de R\$ 184.185 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 54.297 em 31 de dezembro de 2021), a Companhia possui capacidade de honrar seus compromissos a curto prazo por meio de desmobilização e venda de ativos, especialmente veículos, ou outras modalidades de captação financeira. Além disso, a Companhia mantém em caixa e equivalentes de caixa reserva de parte dos recursos captados no mercado, com a finalidade de atender os compromissos de curto prazo. O relatório da administração da Companhia está sendo apresentado em conjunto com o relatório da administração da controladora, evidenciando o contexto do grupo, como parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2 Base de preparação
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia, devido à falta de cumprimento de cláusulas restritivas (covenants), com base em determinados indicadores financeiros (Ver Nota Explicativa 15.b) e ocasionado pela queda do resultado operacional do ano de 2022, em atendimento ao item 74 do CPC 26 reclassificou a dívida do contrato 29271529, junto ao Banco Itaú, do passivo não circulante para o passivo circulante. Entretanto, a Administração obteve em 21 de março de 2023, um waiver do banco que apresenta a renúncia do direito de declarar a exoneração de garantias, e/ou, o vencimento antecipado do Instrumento. Consequentemente, esse empréstimo passa a não mais estar vincendo no curto prazo a partir da data de aprovação do waiver (ver Nota Explicativa 29). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2023. Detalhes sobre as estimativas, julgamentos e políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa 4 e nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 23** – reconhecimento de receita: momento específico no tempo em que a receita da locação de veículos é reconhecida ao longo do tempo do contrato. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 8** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. **Nota explicativa 14** - A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação, ou amortização, dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório. **Nota explicativa 27** – A Companhia avalia a realização do ativo fiscal diferido para os próximos exercícios. **Nota explicativa 28** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **(f) Mensuração do valor justo:** Em determinadas circunstâncias, políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis
A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo aluguel e comercialização de veículos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A receita de locação e venda de veículos é reconhecida no momento da emissão da fatura e subsequentemente é feita análise se (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a posse do bem locado ou vendido foram transferidos para o locatário ou comprador (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia (iii) os custos associados e a possível devolução ou cancelamento puderem ser estimados de maneira confiável (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou serviços prestados, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. **b. Imobilizado: (f) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicar de outra forma)			
	2022	2021	
Receita	23	90.675	47.922
Custo das vendas e dos serviços prestados	24	(42.523)	(18.206)
Lucro bruto	25	48.152	29.716
Despesas administrativas e gerais		(12.451)	(6.059)
Perda esperada de crédito e liquidação duvidosa	8	(1.864)	(792)
Outras receitas (despesas) operacionais		478	(858)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	34.315	22.007	
Receitas financeiras		1.286	306
Despesas financeiras		(47.820)	(16.332)
Despesas financeiras líquidas	26	(46.534)	(16.026)
Resultado antes dos impostos	(12.219)	5.981	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	8.937	-
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício	(3.282)	5.981	
Lucro (Prejuízo) por ação - em R\$		(0,0821)	0,1495
Quantidade de ações		40.000.000	40.000.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)		
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	(3.282)	5.981
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(3.282)	5.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Na demonstração dos fluxos de caixa (DFC), os juros pagos são classificados e apresentados como fluxos de caixa das atividades de financiamento. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento de fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(vi) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **1. Redução ao valor recuperável (impairment): (f) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. As provisões para perdas com a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vincendo há mais de 180 dias. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Se aplicável, as perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA). **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vincendo há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(vii) Ativos não financeiros:** Quando existentes, em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Quando necessário, para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que não se beneficiem das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)			
	2022	2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício	(3.282)	5.981	
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social diferido		(8.937)	-
Depreciação		24.743	5.540
Perdas esperadas das contas a receber		1.864	792
Juros provisionados e não pagos		(24.896)	4.402
		39.004	16.715
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(12.672)	(15.083)
Adiantamentos	9	113	426
Impostos a recuperar	10	2.322	165
Outros ativos	10	(1.515)	656
Aquisições de veículos	13	(206.878)	(186.442)
Fornecedores	16	78.123	9.396
Obrigações trabalhistas	17	717	401
Obrigações tributárias	18	72	(28)
Outras contas a pagar	19	(3.652)	13.174
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(109.010)	(160.630)	
Baixa de imobilizado – revenda de carros desativados	13	50.504	24.804
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(58.506)	(135.826)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de outros ativos imobilizados	13	(4.486)	(2.936)
Baixa de outros bens do ativo imobilizado	13	684	9
Aquisição de Investimento	12	(211)	(130)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(4.013)	(3.057)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	188.726	163.466
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(65.299)	(27.770)
Juros pagos		(43.390)	(9.253)
Pagamento de mútuos	20	1.833	(1.357)
Captação de mútuos	20	2.600	8.070
Recursos provenientes de mútuo e créditos com partes relacionadas			
Aumento de capital	11	(10.419)	-
Dividendos pagos		(568)	(496)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	67.477	146.324	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	4.958	7.441	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.153	2.712
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		15.111	10.153
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	4.958	7.441	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **J. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **k. Arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia optou por não reconhecer ativos de baixo valor e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **l. Novas normas e interpretações:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. Não se espera que tais normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). • Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23). • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32). • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações CPC 26).

7 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	2022	2021
Caixa e bancos	2.948	3.613
Aplicações financeiras	12.163	6.540
Total	15.111	10.153

As aplicações financeiras são remuneradas em média a 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, que acumulado em 2022 foi de 101,32% (104,42% em 31 de dezembro de 2021). A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de crédito e de liquidez relacionados a rubrica encontram-se divulgados na nota explicativa 29.

8 Contas a receber de clientes
A posição do contas a receber de clientes representa as locações de veículos e a sua venda após a desmobilização, que ocorre ao término dos contratos de locação.

	2022	2021
Duplicatas a receber – serviços de locação	33.657	23.520
Duplicatas a receber – venda de veículos	2.535	-
Total	36.192	23.520

Perdas estimadas (3.583) (1.719)
Total 32.609 21.801

Em 31 de dezembro, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2022	2021
A vencer	21.258	12.679
Vencidas		
De 1 a 30 dias	6.914	3.816
De 31 a 60 dias	2.726	950
De 61 a 90 dias	564	748
De 91 a 180 dias	892	2.022
Acima de 180 dias	3.338	3.305
Total	36.192	23.520

A movimentação da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(1.719)	(927)
Constituição	(1.864)	(792)
Saldo final	(3.583)	(1.719)

Do montante em atraso a mais de 180 dias, no valor de R\$ 3.838, apenas um cliente é responsável por aproximadamente 56% (R\$ 2.163 mil) deste saldo. O cliente encontra-se em recuperação judicial, na qual a Seteloc S.A. figura como "cliente estratégico", no entanto, a companhia considerou o provisionamento de 85% do saldo em aberto, uma vez que o plano de recuperação judicial está em tramitação. Desta forma, o montante em atraso a mais de 180 dias, líquido dos valores supracitados monta em R\$ 1.675 mil, os quais a

continuação

SETELOC S.A. CNPJ/ME Nº 20.611.180/0001-55

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

11 Outros ativos

A conta outros ativos é composta substancialmente por reembolsos (multas, IPVA e demais despesas reembolsáveis) e veículos em processo de desativação para renovação de frota, conforme composição abaixo:

	2022	2021
Outras contas a receber	589	-
Reembolsos	1.421	119
Veículos em desativação para renovação de frota (i)	1.422	1.798
Total	3.432	1.917
Circulante	3.432	1.917

(i) Os "Veículos em desativação para renovação de frota" são reconhecidos pelo valor residual no momento da transferência da conta de imobilizado para a conta de "Veículos em desativação para renovação de frota". Os saldos destes veículos são apresentados pelo seu valor de custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os veículos após o término de contrato de locação são reclassificados para a conta de "Veículos em desativação para renovação de frota" e em seguida passam a ser destinados para venda (atividade acessória à operação da Companhia) via transferência para a empresa Seteloc Venda de Veículos Ltda., conforme nota explicativa 11.

12 Transações com partes relacionadas

(i) Operações com o pessoal chave da administração: Conforme estabelecido no contrato social, os sócios, poderão em comum acordo fixar retirada de pró-labore, que será debitado a conta das despesas gerais, em valor a ser estabelecido. Considerando que a Companhia é controlada da Seteloc Holding S.A., cujo sócios-diretores atuam de maneira centralizada na Sete Holding S.A., no ano calendário de 2022 e 2021 não ocorreram remuneração ao pessoal chave da Administração da Companhia.

(ii) Transações com partes relacionadas

	2022	2021
Mútuos a receber da Sete Holding S.A.	3.200	-
Débitos (a) com a Sete Holding S.A.	(2.050)	(9.269)
Dividendos a pagar a Sete Holding S.A.	-	(568)
Venda de veículos (b) da Seteloc S.A. (reconhecido no custo)	27.451	17.519

(a) Conta corrente de movimentação financeira entre Companhias do mesmo grupo econômico. (b) Valores referente a venda de veículos entre as Companhias. As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

13 Investimentos

Os investimentos correspondem as cotas de investimento em cooperativas de créditos, conforme detalhado a seguir:

	2022	2021
Cotas Crediluz	149	-
Cotas Sicoob Divicred	131	116
Cotas Credimepi	121	103
Cotas Conta Capital Credioeste	89	62
Outras cotas de investimentos	2	-
Total	492	281

14.2 Conciliação do valor contábil do imobilizado:

	Máq. e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Comp. e Periféricos	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terc.	Acessórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	78	62.780	139	72	22	17	502	63.610
Aquisição	40	186.442	98	321	60	615	1.215	188.791
Depreciação	(12)	(5.075)	(19)	(47)	(13)	(100)	(274)	(5.540)
Transferência	-	(9)	-	-	-	-	-	(9)
Baixa	-	(24.804)	-	-	-	-	-	(24.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	106	219.334	218	346	69	532	1.443	222.048
Aquisição	75	206.878	294	377	220	2.085	211.364	414.719
Depreciação	(9)	(23.184)	(33)	(130)	(48)	(448)	(621)	(24.473)
Baixa	-	(50.504)	-	-	-	(684)	-	(51.188)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	172	352.524	479	593	241	1.485	2.257	357.751

A Companhia efetua a revisão das taxas de depreciação e respectivo valor residual de seu ativo imobilizado periodicamente por meio de estudo interno, a tabela no item (a) acima demonstra as taxas anuais de depreciação. Valor residual de um ativo é o valor que a Companhia obtém com a venda do ativo após deduzir as despesas de vendas. Para os veículos, o valor residual é o valor estimado de venda depois de sua vida útil econômica menos as despesas estimadas de vendas.

15 Empréstimos e financiamentos

A conta de empréstimos e financiamentos é composta pelos créditos tomados para aquisição de veículos, tendo como garantia os ativos adquiridos. A taxa média de juros mensal incidida nos empréstimos e financiamentos em 2022 é de 1,27% ao mês (0,90% ao mês em 2021). Todos os contratos possuem como garantia a alienação fiduciária dos veículos adquiridos e aval dos sócios. A Companhia possui em 2022 contratos com estabelecimento de covenants financeiros junto aos bancos Itaú, Bocom e Votorantim, os quais consideram a dívida líquida sobre o EBITDA em sua memória de cálculo.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

	2022	2021
Empréstimos	59.331	24.878
Financiamentos	191.888	104.827
Empréstimos não bancários	45	3.149
Total	251.264	132.854
Circulante	128.047	47.428
Não circulante	123.217	85.426

O vencimento das parcelas de empréstimos está assim distribuído entre os anos:

Descrição	2022	2021
2022	-	47.447
2023	128.047	50.420
2024	60.295	28.279
2025	39.100	4.040
2026	20.231	2.668
2027	3.591	-
Total	251.264	132.854

A movimentação é demonstrada a seguir:

	2021	2022
Movimentação de 2022	132.854	185.631
Pagamentos	(76.047)	(8.826)
Atualização	-	251.264
Total	132.854	328.069

Movimentação de 2021 27.089 137.753 (37.025) 5.037 132.854

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de crédito e de liquidez relacionados a rubrica encontram-se divulgados na nota explicativa 29. b. Quebra de cláusulas contratuais restritivas (covenants): A Companhia detém um empréstimo bancário no montante de R\$ 12.903 mil em 31 de dezembro de 2022, captado em fevereiro de 2022, que, de acordo com os termos do contrato, será pago em parcelas até agosto de 2024. Contudo, o contrato contém uma cláusula contratual restritiva (covenant) que estabelece que, ao final de cada exercício, a dívida da Companhia (definida no contrato como sendo o total de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar) não pode exceder 2,5 vezes o EBITDA da Companhia, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido. A Companhia ultrapassou o limite estabelecido em 31 de dezembro de 2022 e reclassificou o montante reconhecido no passivo não circulante (R\$ 6.925 mil) para o passivo circulante. Entretanto, a Administração obteve, em 21 de março de 2023, um waiver do banco para essa cláusula, que apresenta a renúncia do direito de decretar a exonerção de garantias, e/ou, o vencimento antecipado do Instrumento. Consequentemente, esse empréstimo passa a não mais estar vencido no curto prazo a partir da data de aprovação do waiver.

16 Consórcios

As contas representam os saldos a serem liquidados com consórcios contemplados. Os contratos assumidos pela Companhia possuem garantia fiduciária de 130% do veículo contemplado.

	2022	2021
Consórcio Curto Prazo	7.454	19.249
Consórcio Longo Prazo	6.685	6.854
Total	14.139	26.103

O vencimento das parcelas dos consórcios está assim distribuído entre os anos:

Descrição	2022	2021
2022	-	19.249
2023	7.454	6.326
2024	6.400	528
2025	285	-
Total	14.139	26.103

A movimentação é demonstrada a seguir:

	2021	2022
Movimentação de 2022	26.103	3.095
Pagamentos	(26.761)	(11.702)
Atualização	-	14.139
Total	26.103	5.432

A movimentação é demonstrada a seguir:

	2021	2022
Movimentação de 2022	281	211
Captações	492	492
Total	773	703

Movimentação de 2021 151 130 281

As cotas das cooperativas de crédito acima são adquiridas como requerimento para abertura de conta e linhas de créditos, assim, tais cooperativas são representadas entidades controladas ou coligadas a Companhia, motivo pelo qual não são consolidadas, bem como não fazem parte do mesmo grupo econômico.

14 Imobilizado

Composição do imobilizado

	2022	2021
Taxa anual depreciação %	8	8
Custo	378.164	(25.640)
Depreciação	(25.640)	(25.640)
Líquido	352.524	219.334
Veículos	219.334	219.334
Acessórios de veículos	1.443	1.443
Máquinas e equipamentos	106	106
Instalações	69	69
Móveis, utensílios e ferramentas	218	218
Computadores e periféricos	346	346
Benfeitorias em propriedades de terceiros	532	532
Total	352.524	219.334

	2022	2021
Taxa anual depreciação %	7,2 / 0	7,2 / 0
Custo	228.528	(9.194)
Depreciação	(9.194)	(9.194)
Líquido	219.334	62.779
Veículos	62.779	62.779
Acessórios de veículos	1.443	1.443
Máquinas e equipamentos	503	503
Instalações	22	22
Móveis, utensílios e ferramentas	139	139
Computadores e periféricos	72	72
Benfeitorias em propriedades de terceiros	532	532
Total	219.334	62.779

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

(i) A depreciação das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros é realizada de acordo com o contrato de locação do imóvel, com variação entre 12 e 36 meses

social em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Capital social	2.000	2.000
Em 31 de dezembro de 2020	2.000	2.000
Aumento de capital	38.000	38.000
Em 31 de dezembro de 2021	40.000	40.000
Aumento de capital	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	40.000	40.000

(iii) Natureza e propósito das reservas: A reserva de retenção de lucros é destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital e propostas no orçamento previamente aprovado pelos quotistas, sendo possível ainda de ser utilizada para aumento de capital. A reserva legal deverá ser constituída mediante destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída obrigatoriamente, pela companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida. (iv) Dividendos: O estatuto da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% do resultado do período ajustado (após a constituição da reserva legal), conforme §1 do art. 21 estatuto social. No exercício corrente foram distribuídos apenas os dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos obrigatórios declarados, ainda não pagos, foram calculados conforme segue:

	2022	2021
Resultado líquido	5.981	5.981
Reserva legal (5%)	(299)	(299)
Dividendos a pagar (nota 20)	-	568
Total	5.682	6.240

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da Seteloc S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Seteloc S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Seteloc S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: Os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente foram por nós auditados e emitimos o relatório datado de 7 de abril de 2022 com opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras em decorrência do registro das receitas líquidas no montante de R\$47.922 mil

em que, até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a Companhia não nos forneceu a composição analítica, bem como a conciliação dos saldos da referida rubrica, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também incluiu modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião com ressalva sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ênfase: Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com partes relacionadas, principalmente de venda de veículos mantidos para venda. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 6 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Fabício Cristiano Viana
Contador
CRC-MG 090199/O-2

Reconhecimento da receita	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Veja as notas explicativas 6(a) e 21 das demonstrações financeiras</p> <p>Principais assuntos de auditoria</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras da Companhia incluíam na rubrica de receita bruta o montante de R\$153.974 mil. A Companhia reconhece as receitas operacionais no momento da emissão da fatura e na medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo para os contratos de arrendamento ou em um momento específico do tempo para a venda de veículos ao término da vida útil, sendo altamente dependente do ambiente de controles e requer uma estrutura robusta para suportar as transações de monitoramento da prestação dos serviços, venda de veículos e faturamento, desde a captura, o processamento e o registro das transações. Esse tema foi considerado como um principal assunto em nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos e ao julgamento envolvido no processo de reconhecimento das receitas de prestação de serviços e de venda de veículos, que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Como parte de nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita, executamos, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) entendimento do processo relevante da Companhia relacionado ao fluxo de reconhecimento da receita; (ii) Procedimentos, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto, em função da satisfação das obrigações de desempenho ao longo do tempo ou em um momento específico; (iii) Comparamos os relatórios gerenciais de serviços faturados com os relatórios de locação e venda de veículos realizados e confrontamos as receitas registradas no resultado do exercício; e (iv) Avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações financeiras. Em nossa avaliação acerca dos controles internos, identificamos deficiências que resultaram no aumento da extensão e natureza de nossos procedimentos documentais substantivos. Com base nos procedimentos e evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, não identificamos distorções em relação aos saldos da referida rubrica em 31 de dezembro de 2022, além daquelas descritas na seção acima intitulada "Base para opinião com ressalva".</p>

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CD04-6421-86E1-6170> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CD04-6421-86E1-6170



Hash do Documento

yV1xsxWpf5VvqkX53KkJ8sYRD+cmDEktFzNHlj3QG/U=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/05/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 16/05/2023 21:05 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

